

ALCOBAÇA E LEIRIA: UMA RELAÇÃO DE VIZINHANÇA AO LONGO DA IDADE MÉDIA-

Por Iria Gonçalves

Quando D. Afonso Henriques, em 1153, concedeu aos monges Bernardos que então se vinham fixar na Estremadura portuguesa, os extensos territórios que viriam a constituir os famosos coutos de Alcobaça¹, fê-lo desmembrando uma parte dessas terras do termo de Leiria e suprimindo-as desse modo a uma jurisdição que o incipiente concelho não tivera ainda, por certo, nem tempo, nem, sobretudo, oportunidade de aí fazer chegar². As condições de vida eram então muito rudes e difíceis, numa região que há tão pouco deixara de ser fronteira com os muçulmanos. Na verdade, e como é sabido, só em 1147 a conquista de Santarém, seguida de perto pela de Lisboa e pela rendição do castelo de Sintra, desenharam para a fronteira portuguesa uma linha bem definida, representada pelo curso do rio Tejo e aliviaram as terras situadas mais a Norte, das suas tarefas de vigilância aos movimentos sarracenos, de bases de avanço sobre as posições islâmicas — função em que precisamente

Comunicação apresentada em Leiria, em Outubro de 1984.

¹ O original — ou um original — da célebre carta de doação do primeiro monarca português aos Cistercienses, encontra-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.), *Corporações Religiosas, Mosteiro de Alcobaça (C.R., M. Ale), Documentos Reais*, m.l.n.º1. Pode consultar-se, como mais segura, a publicação de Rui de Azevedo, *Documentos medievais portugueses. Documentos régios*, vol. I, t. II, Lisboa, 1962, p. 297.

² Leiria acabava de ser constituída em concelho na década anterior, portanto a uma distância ainda muito curta. Sobre este assunto cf. José Mattoso, «A cidade de Leiria na História medieval de Portugal», *Ler História*, n.º 4, 1985, p. 5.

o castelo de Leiria desempenhava um papel de primeiríssima ordem³ — de defesa contra os ataques muçulmanos.

Assim, afrouxada em parte a necessidade de alerta constante, espaçadas as correrias das hostes, sarracenas ou cristãs, que todas espalhavam na esteira da sua passagem a insegurança e o medo, era a altura de as gentes de paz — os camponeses, os mesterais ou comerciantes, os monges — poderem começar o seu trabalho.

Trabalho, no entanto, dificultado por quase um século de instabilidade, que necessariamente desgastara a terra e os homens. A primeira exaurindo-a das suas riquezas, cobrindo-a de brenhas e matagais dificilmente arroteáveis; aos segundos empobrecendo-os, desenraizando-os, diminuindo o seu número, tirando-lhes hábitos de disciplina e labor.

E certo que os perigos da guerra continuaram presentes na região, assolada como por vezes voltou a ser por poderosas investidas sarracenas⁴. Mas a situação mudara por completo.

E as duas entidades recém-criadas — o concelho e o mosteiro — puderam começar a firmar-se, a crescer juntos, a espalhar a sua marca pelas terras vizinhas, valorizando-as, humanizando-as.

É certo que Leiria, se na verdade foi chamando a si algumas das populações excedentárias do Norte, viu aproximarem-se, com intuítos de fixação, sobretudo gentes sem recursos, procurando uma subsistência que a sua própria terra lhes negava, ou aventureiros atraídos pelo engodo da presa fácil sobre as riquezas muçulmanas. Em suma: populações marginalizadas que não podiam ou não queriam enraizar-se nas suas regiões de origem, mas que ela mesma não tinha ainda condições para bem receber e enquadrar⁵.

Mas foi crescendo a bom ritmo e esse crescimento tinha necessariamente de reflectir-se na organização de todo o espaço

³ José Mattoso (ob. cit., p. 5) acentua bem este papel de Leiria, a qual teria sido a primeira base de ataque de Afonso Henriques sobre Lisboa e Santarém.

⁴ Convém lembrar as poderosas e destuidoras investidas almóadas, que cobriram de ruínas e espalharam o pânico pela Estremadura portuguesa e pelos territórios já conquistados a Sul do Tejo, durante as últimas décadas do século XII (cf. Ambrosio Huici Miranda, «Los Almoades en Portugal», *Anais da Academia Portuguesa de História*, 2.^a s., vol. 5, 1954, pp. 9-74). Teria sido a segunda destas expedições, em 1190-1191, que mais profundamente atingiu Leiria (José Mattoso, ob. cit., p. 8).

⁵ José Mattoso, ob. cit., p. 7.

envolvente, na sua valorização, sobretudo agrícola, no aproveitamento das suas riquezas, processo que, aliás, a acção governativa dos monarcas ajudou a impulsionar⁶.

Deste modo, a vila começou a atrair outros tipos de pessoas. Criou e desenvolveu um comércio e um artesanato⁷, cresceu económica e socialmente, apeteceu à nobreza⁸ e as suas rendas tornaram-se assaz importantes para se transformarem, em régio presente, a oferecer a D. Isabel, a futura Rainha Santa⁹.

Ali ao lado, o mosteiro conhecia um desenvolvimento pautado por linhas semelhantes, talvez apenas um pouco mais apressado. Os seus princípios, na então inóspita planura dos coutos, não foram fáceis. Mas tratava-se de um grupo de homens fortes e disciplinados, que já haviam dado, por toda a Europa, sobejas provas da sua capacidade de trabalho e organização¹⁰. Assim, rapidamente a vastidão dos coutos começou a ser pontilhada de explorações agrícolas, modelares para a época¹¹. As famosas granjas espalharam-se por todos eles, em malha apertada junto do

⁶ Haja em vista as condições oferecidas aos moradores da vila pelo foral de 1191, que reproduz os diplomas outorgados em 1179 a Lisboa, Santarém e Coimbra, isto é, aos mais importantes aglomerados populacionais da época (cf. o respectivo diploma na edição de Rui de Azevedo, Avelino de Jesus da Costa e Marcelino Rodrigues Pereira, *Documentos de Sancho I (1174-1211)*, vol. I, Coimbra, 1979, pp.133-137).

⁷ Na opinião de José Mattoso, até meados do século XIII Leiria manteve-se uma povoação avessa à nobreza e que contava entre os seus moradores, uma importante proporção de pequenos proprietários e de mesterais (ob. cit., p. 13), isto é, de gentes de trabalho, capazes de fomentar o desenvolvimento e o progresso das suas terras.

⁸ Foi a pouco e pouco que a nobreza se instalou em Leiria. Mas fê-lo com decisão e através de várias famílias (ib., pp. 13-14).

⁹ É sabido como as rendas de Leiria haviam sido concedidas por D. Dinis a sua esposa e como, durante muito tempo, a vila fez parte da casa das rainhas.

¹⁰ Cf. Iria Gonçalves, *O temporal do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, dissert. de doutor., Lisboa, F.C.S.H., 1984, pp. 160-165 e bibliografia aí citada.

¹¹ * Manuel e Joaquim Vieira Natividade, dois agrónomos que tão bem conheceram a região dos coutos alcobacenses, consideravam a obra agrária que os monges aí deixaram e cujas marcas se prolongaram até aos tempos modernos, como um trabalho verdadeiramente notável (Manuel Vieira Natividade, «Alcobaça d'outro tempo. Notas sobre indústria e agricultura», *Relatório da Exposição Alcobacense de Maio de 1906*, Alcobaça, 1906, p. 30; J. Vieira Natividade, «As granjas do mosteiro de Alcobaça», sep. de *Boletim da Junta de Província da Estremadura*, n.º 5, 1944, pp. 14-15; id., *Os monges agrónomos do mosteiro de Alcobaça*, Alcobaça, 1942, pp.1 1-14).

próprio mosteiro, mais espaçada à medida que dele se afastavam¹². Aí, uma mão-de-obra própria e muito eficiente — os irmãos conversos — cultivava a terra com esmero, fazendo-a render o máximo que as possibilidades técnicas da época permitiam¹³. A eles se juntavam, muitas vezes, os próprios monges¹⁴, mas principalmente uma população rural que o mosteiro atraía e ia enquadrando em pequenas aldeias, que a pouco e pouco se iam erguendo desde os Vidais à Pederneira, desde S. Martinho à Ataíja¹⁵.

Ao iniciar-se o século XIV todas as terras estavam perfeitamente organizadas e repartidas entre a abadia e os seus foreiros, formando uma espécie de mosaico onde, por entre as terras mais recentemente arroteadas pelos aldeãos, se insinuavam as glebas mais antigas e quiçá melhor aproveitadas, resultado do trabalho converso.

Mas o mosteiro de Alcobaça não se confinara às terras doadas por Afonso Henriques. Não só os próprios coutos se foram alargando, como toda a Estremadura se salpicara de casais, herdades, vinhas, mesmo granjas da abadia¹⁶. O seu domínio foi sempre crescendo, aumentara, avolumara excedentes.

É certo que muitos desses excedentes, sobretudo os de cereais, eram guardados nas estruturas de armazenamento que os monges haviam espalhado por toda a largueza das suas terras¹⁷, na previsão de crises cerealíferas, tão frequentes durante toda a Idade

¹² Iria Gonçalves, ob. cit., pp. 166-170.

¹³ Ib., pp. 172-173, 278-279; J. Vieira Natividade, obs. cit., pp. 14 e 11-14, respectivamente; Maria Celeste Campos Vaz de Sousa, *Subsídios para o estudo do povoamento e exploração agrária dos coutos de Alcobaça*, dissert. de licenc, F.L. Lisboa, 1958, pp. 137-140.

¹⁴ Já em pleno século XIV ainda alguns monges tinham a seu cargo determinadas explorações agrícolas, como, por exemplo, as granjas de Alfeizerão, da Ferraria do Vimeiro e outras (Iria Gonçalves, ob. cit., p. 173).

¹⁵ Sintomática da preocupação da abadia pela valorização das suas terras é a outorga de cartas de povoamento e de forais, que davam enquadramento administrativo a toda a extensão dos coutos e garantiam aos camponeses a posse das terras que agricultavam. Cf. o que a este respeito digo na ob. cit., principalmente a pp. 580-592.

¹⁶ Ib., mapas fronteiros às pp. 76, 94, 100, 104, 228.

¹⁷ Ib., p. 78.

¹⁸ As crises cerealíferas que a Idade Média portuguesa conheceu foram recensadas por A. H. de Oliveira Marques, *Introdução à História da agricultura em Portugal. A questão cerealífera durante a Idade Média*, 2.^a ed., Lisboa, 1968, pp. 38-45.

Média¹⁸. Mas, por um lado, nem todos sofriam esse tratamento e, por outro, eram mesmo os anos de penúria alimentar que mais valorizavam as reservas de grão, desde que colocadas nos mercados convenientes. Além disso, outros produtos fornecidos com abundância pelas glebas abaciais e geradores, eles também, de volumosos excedentes, não admitiam, pela sua própria natureza, armazenamento prolongado. Estava neste caso, em primeiro lugar, o vinho, com tanta facilidade deteriorável durante os tempos medievais¹⁹.

É certo que a instituição do relego, permitindo ao senhor o monopólio da venda a retalho durante os três primeiros meses consequentes ao fabrico²⁰, provocava o escoamento de boa parte do produto, mas não resolvia a situação. Além de que os mercados que por este meio se abriam ao mosteiro — os mercados rurais dos coutos — não eram os mais compensadores. Tornava-se necessário, por isso, atingir os centros urbanos.

Assim a abadia pontuou de vinhas, hortas, pomares, o espaço peri-urbano de todos os núcleos populacionais de alguma importância que ia encontrando no caminho da sua expansão dominial²¹; assim, e principalmente, ia entrando em todos eles e aí deixando a sua forte marca na posse de numerosas casas, lojas, terrenos, cavalaria, etc.²².

É certo que os núcleos urbanos mais atractivos eram, sem contestação, Lisboa e Santarém, duas povoações com necessidade

Em relação a toda a Europa cf., por todos, Wilhelm Abel, *Crises agraires en Europe (XIII-XV siècles)*, Paris, 1973, pp. 29-134.

¹⁹ É um lugar comum falar-se na fácil deterioração dos vinhos medievais. No entanto, alguns daqueles que se produziam em climas mais quentes podiam conservar-se relativamente bem, sendo susceptíveis de se transformar em «vinhos velhos». Yves Renouard, por exemplo, recolheu várias informações sobre estes vinhos («Le vin vieux au Moyen Age», *Études d'Histoire médiévale*, vol. I, Paris, 1963, pp. 249-256).

²⁰ Sobre o relego convém consultar: Alexandre Herculano *História de Portugal*, ed. crítica de José Mattoso, t. IV, [Lisboa], 1981, pp. 559, 564; Armando de Castro, *A evolução económica de Portugal dos séculos XII a XV*, vol. I, Lisboa, 1964, pp. 182-184; Iria Gonçalves, «Relego», *Dicionário de História de Portugal*, dir. por Joel Serrão, vol. III, Lisboa, 1968, pp. 570-571; Robert Durand, *Les campagnes portugaises Entre Douro et Tage aux XII^e et XIII^e siècles*, Paris, 1982, pp. 464-465.

²¹ Iria Gonçalves, *O temporal do mosteiro av Alcobça nos séculos XIV e XV*, mapa fronteiro à p. 104.

²² Ib., mapa fronteiro à p. 126.

sempre crescentes, com riquezas sempre crescentes, com as vantagens, para a primeira, de ser o mais importante centro consumidor e exportador do país; para a segunda, de estar com ela ligada pela excelente via de comunicação que era o rio Tejo²³. E o mosteiro não descurou a sua presença em ambas, tecendo à sua volta e dentro delas uma apertada rede de propriedades, que lhe facilitava a entrada nos circuitos comerciais mais importantes que a nossa Idade Média conheceu, valorizando ao máximo os seus produtos.

Mas, sobretudo Lisboa, era uma cidade distante. Para vencer o percurso que a separava do mosteiro, eram necessários pelo menos dois dias, que se duplicavam com o regresso. E eram dois dias de viajar aturado que, para algum descanso, eles estavam longe de bastar²⁴. É certo que, pelo menos durante o século XV, muito se viajou entre Alcobaça e a capital, como, do mesmo modo, entre aquela e Santarém²⁵. Um mosteiro com a projecção política, social, económica, cultural, do de Alcobaça, precisava, com frequência, de demandar os centros de decisão e eles encontravam-se, amiudadas vezes, em uma ou outra das duas urbes do Tejo.

Mas outras povoações, mais próximas da abadia, resultavam, por essa mesma proximidade, bem atraentes. Mormente se outras vantagens podiam oferecer. Entre elas destacava-se, de imediato, Leiria²⁶.

²³ A excelência do rio Tejo como via de comunicação em quase todo o seu percurso por terras portuguesas, foi bem mostrado por Jorge Gaspar, «Os portos fluviais do Tejo», *Finisterra*, vol. V, n.º 10, 1970, pp. 153-204. Também se lhe referiram, entre outros, Orlando Ribeiro, *Introduções geográficas à História de Portugal Estudo crítico*, Lisboa, 1977, pp. 106-107; Fernando Castelò-Branco, «Do tráfego fluvial e da sua importância na economia portuguesa», *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 1968, pp. 47-50.

²⁴ Iria Gonçalves, «Viajar na Idade Média: de e para Alcobaça na primeira metade do século XV», *Estudos medievais*, n.º 2, 1982, pp. 65-67.

²⁵ *Ib.*, pp. 60-61, 64. Se de Alcobaça a Lisboa eram precisos pelo menos dois dias, com tempo igual para o regresso, Santarém podia atingir-se ao fim de um dia de marcha, podendo fazer-se o trajecto de ida e volta apenas em dois dias (*ib.*, pp. 65-66).

²⁶ Durante o período compreendido entre 24 de Junho de 1437 e igual dia de 1440, isto é, durante três anos completos, possuímos registos das viagens efectuadas ao serviço do mosteiro de Alcobaça (A.N.T.T., *Conventos Diversos (CD.)*, M. Ale, liv. 14). Leiria figura aí como uma das povoações mais demandadas, embora a grande distância de Lisboa e Santarém (Iria Gonçalves, *ob. cit.*, pp. 61-62).

Leiria era, nos últimos séculos medievais, uma vila de razoáveis proporções demográficas que atingiria os seiscentos fogos na primeira metade do século XVI, com nítida tendência para continuar a crescer²⁷. Algumas das mais importantes estradas do país ligavam-na, a Norte, com Coimbra e daí com o Porto; na direcção do Sul, por um lado, a Lisboa, por outro a Santarém, abrindo-se-lhe, a partir daí, todo o Alentejo. Com a vantagem de, pelo menos a ligação a Lisboa, se fazer através das terras alcobacenses, com passagem pelo mosteiro²⁸. Equivale a dizer que as próprias comunicações entre este e Leiria se encontravam facilitadas pela possibilidade de utilização de uma estrada tanto mais importante e por certo bem cuidada, quanto era, como sabemos, tão assiduamente percorrida pelo monarca e pela corte²⁹. Com facilidade se viajava entre Leiria e o mosteiro, podendo regressar-se ainda no mesmo dia ao ponto de partida³⁰.

A complementar os acessos à vila, convém não esquecer o seu rio, que directamente a punha em contacto com a costa e daí com todos os circuitos em que o país participava³¹. Pela foz do Lis se escoava, na Idade Média, boa parte da produção obtida no alfoz leiriense. Alfoz que englobava terrenos muito férteis e onde, por

²⁷ Cf. Iria Gonçalves, «Notas de demografia regional: a Comarca de Leiria em 1537», *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, IV s., n.º 1, 1976-1977, pp. 405-430.

²⁸ Cf., por exemplo, os mapas publicados por Armando de Castro, ob. cit., vol. IV, Lisboa, 1966, mapa IV e José Mattoso, *Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325*, vol. II, *Composição*, Lisboa, 1985, mapa 17.

²⁹ Basta analisar alguns dos itinerários dos nossos monarcas medievais, para verificar como todos eles concentravam as suas estadias na Estremadura, com numerosas deslocações pelo Alentejo. Podem ver-se, sobre o assunto: João José Alves Dias, «Itinerário de D. Afonso III (1245-1279)», *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XV, 1980, pp. 453-519; *Itinerários régios medievais I — Itinerário del-rei D. Dinis. 1279-1325*, int. de Virgínia Rau, Lisboa, 1962; Maria Teresa Campos Rodrigues, «O itinerário de D. Pedro I. 1357-1367», *Revista 'Ocidente*, vol. LXXXII, 1972, pp. 147-176; id., «Itinerário de D. Fernando. 1367-1383», sep. de *Bracara Augusta*, t. XXXII, 1978; Humberto Baquero Moreno, *Itinerários de el-rei D. Duarte (1433-1438)*, Lisboa, 1976; id., «Os itinerários do infante D. Pedro (1438-1448)», sep. de *Revista de Ciências do Homem* da Universidade de Lourenço Marques, vol. I, s. B, 1968; Joaquim Veríssimo Serrão, *Itinerários de el-rei D. João II*, vol. I, (1481-1488), Lisboa, 1985.

³⁰ Iria Gonçalves, «Viajar na Idade Média: de e para Alcobça na primeira metade do século XV», cit., pp. 65-66.

³¹ Orlando Ribeiro, ob. cit., p. 103.

consequente, se poderiam obter interessantes lucros. Era este, aliás, mais um dos atractivos da vila. E não dos menores.

Com efeito, sabemos como a reduzida eficácia das técnicas agrícolas e a incapacidade do homem medieval para dominar as condições naturais conduziram, por um lado, a grandes instabilidades de produção, nomeadamente dos cereais, com enorme frequência de maus anos agrícolas³²; por outro, a níveis de rendimento muito baixos. Estudos realizados por toda a Europa têm mostrado, para os séculos XIV e XV, médias de produtividade cerealífera oscilando mais vulgarmente entre as três e as sete sementes, embora algumas produções mais altas, na ordem das dez, doze sementes ou ainda mais, tenham sido encontradas em um ou outro local³³.

Ora, precisamente os campos de Leiria, forneceram indicação de algumas produções muito altas para a nossa Idade Média. Assim nos Barreiros ou mais para o Sul, já próximo da Batalha, no Piqueiral, podiam obter-se colheitas de treze sementes e nunca se previam inferiores a oito ou nove³⁴; na Barosa ou em Monte Redondo, atingiam com facilidade as mesmas nove sementes³⁵; mas junto à vila, em lugar chamado Monte de Trigo e a honrar esta

³² Cf. a bibliografia citada na nota 18.

³³ Cf., entre muitos outros: A. H. de Oliveira Marques, ob. cit., pp. 47-50; Maria Helena da Cruz Coelho, *O baixo Mondego nos finais da Idade Média (Estudo de História agrária)*, vol. I, Coimbra, 1983, pp. 140-148; Iria Gonçalves, *O temporal do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, pp. 316-322; Marc Bloch, *Les caracteres originaux de l'histoire rurale française*, vol. I, Paris, 1950, p. 26; Georges Duby, *Véconomie rurale et la vie des campagnes dans l'Occident médiéval*, vol. I, Paris, 1962, pp. 185-186; id., «Le problème des techniques agricoles», *Hommes et structures au Moyen Age*, Paris-La Haye, 1973, p. 252; id., «Techniques et rendements agricoles dans les Alpes du Sud en 1338» *Annales du Midi*, n.º 70, 1958, pp. 410-412; Guy Fourquin, «Le temps de la croissance», *Histoire de la France rurale*, dirig. por Georges Duby e Armand Wallon, vol. I, *La formation des campagnes françaises des origines au XIV^e siècle*, dirig. por Georges Duby, Paris, 1975, p. 451; B. H. Slicher van Bath, *Historia agraria de Europa Occidental (500-1850)*, trad. de F. M. Lorda Alaiz, 2.^a ed., Barcelona, 1978, pp. 256-261; Hugues Neveux, «Bonnes et mauvaises récoltes du XIV^e au XIX^e siècle. Jalons pour une enquête systématique», *Revue d'histoire économique et sociale*, vol. 53, 1975, p. 186; William H. Beveridge, «The yield and price of corn in the Middle Ages», *Economic History Review*, vol. 1, 1927, pp. 157-158; Janina Leskiewicz, «Aspects de l'histoire des campagnes. Problèmes de méthode» *Études rurales*, n.º 25 e 26, 1967, p. 212.

³⁴ A.N.T.T., CD., M. A/c./liv. 15, fl. 246-251 v.º.

³⁵ *Ib.*, fl. 236.

designação, as produções podiam oscilar entre as doze e as dezoito sementes³⁶. Fertilidade muito invulgar para a época.

Assim tão próximo e tão apetecível, o termo de Leiria foi-se enchendo de propriedades de Alcobaça. As searas pontuaram toda a região, deixando apenas um vazio nas terras areentas mais próximas da costa, que, na verdade, só o pinheiro podia, com eficácia, ocupar; as vinhas acompanharam-nas em larga medida, embora com tendência para se aproximarem da vila, tendência que, aliás, se encontra repetida em todo o lado; os olivais, as hortas, os pomares, onde os figos, as ameixas, as maçãs, as pêras, as nêspas, as laranjas, se misturavam em boa harmonia³⁷, disputaram entre si o espaço peri-urbano imediato, cerrando-se o mais possível contra a povoação, penetrando muitas vezes nela³⁸.

Era uma mancha densa, esta que as propriedades alcobacenses desenharam na região de Leiria, densidade que tanto aumentara como se matizara e enriquecera de variedades à medida que a vila se tornava mais próxima, que o mercado urbano se apresentava como mais acessível, até mesmo aos produtos delicados, incapazes de sofrer transportes longos, nas condições, por vezes bem deficientes, em que a Idade Média os podia oferecer. Estavam neste caso os legumes frescos, a fruta, até mesmo o vinho.

Nestas propriedades, implantadas em solo fértil, o mosteiro praticava alguns dos seus foros mais elevados. Sobretudo no respeitante aos cereais, em que o pagamento do quarto da colheita era, em todas as terras alcobacenses largamente dominante³⁹, mas que aqui subia, com frequência, para o terço. Toda a área compreendida entre as Várzeas, a Batalha, o Arrabal, isto é, aquela que de mais perto rodeava Leiria, mas também, embora com menor insistência, em Monte Redondo ou nas proximidades de Ranha e Vermoil, os foros mais altos, que aliás podiam até atingir a metade da produção, eram bastante vulgares. Situação seme-

³⁶ Ib., fl. 260-261.

³⁷ Iria Gonçalves, *O temporal do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, mapa fronteiro à p. 108.

³⁸ Ib., mapa fronteiro à p. 14.

³⁹ Ib., pp. 391-392. Este foro era muito comum e mesmo dominante em toda a Estremadura (Robert Durand, ob. cit., p. 405).

35; m. 67, n.º 17; *C.D., M. Ale*, liv. 15, fl. 224-280 (passim); liv. 135, fl. 3 v.º-4 v.º, 26-28,

lhante se podia encontrar para outros géneros — vinho e azeite — incidindo, aliás, sobre as mesmas áreas do concelho⁴⁰.

Todas estas propriedades — às quais convém juntar os vários moinhos da abadia que, com muitos outros, pontilhavam as margens do Lis — todas estas condições de exploração, tornavam muito fartos os proventos que o mosteiro arrecadava no concelho de Leiria⁴¹. Proventos que, em regra, não convergiam, sob a forma de géneros, para Alcobaça, mas se centralizavam, todos eles, na própria vila.

Era preciso, portanto, organizar aí as infra-estruturas necessárias para os receber, os armazenar, os colocar. Para isso o mosteiro procurara edifícios: casas, celeiros. A vila do Lis, tal como Lisboa, Santarém, Torres Vedras, Óbidos, Beja, era sede de uma importante celeiraria de Alcobaça⁴².

Mas era preciso, também, dispor dos meios humanos adequados para que a administração dos bens, a cobrança dos foros, o escoamento dos produtos ou a arrecadação do dinheiro, se processassem com eficiência.

Muitas vezes se deslocava alguém do mosteiro a Leiria — como, naturalmente, aos outros lugares onde aquele tinha interesses — mandatado para resolver todos os assuntos pendentes ou que porventura viessem a surgir, ou apenas para solucionar uma determinada questão. A abadia tinha procuradores destes por toda a parte — uns leigos, outro religiosos⁴³. Muitos deles gentes locais, como aquele João Gonçalves Picanço, um escudeiro de Leiria, que

⁴⁰ Entre outros: A.N.T.T., *M. Ale, Ord. S. Bem.*, m. 45, n.º 1166; m. 66, n.ºs 20, 35; m. 67, n.º 17; *C.D., M. Ale*, liv. 15, fl. 224-280 (passim); liv. 135, fl. 3 v.º-4.º, 26-28, 88 v.º-89 v.º, 163 v.º-164; liv. 183, fl. 203-203 v.º, 203 v.º, 207 v.º.

⁴¹ Pode ver-se um arrolamento de todos os bens que o mosteiro tinha em Leiria e seu termo em A.N.T.T., *C.D., M. Ale*, liv. 15, fl. 213 v.º-280 v.º.

⁴² Conhecem-se, inclusivamente, alguns monges que tiveram a seu cargo a celeiraria da vila. Cf. A.N.T.T., *M. Ale, Ord. S. Bem.*, m. 54, n.º 10; *C. D., M. Ale*, liv. 10, fl. 27-30; liv. 135, fl. 163 v.º-164.

⁴³ Ao longo do tempo, vários monges do mosteiro foram seus procuradores em Leiria. Cf., por exemplo: A.N.T.T., *C.R., M. Ale*, m. 26, n.º 40; *M. Ale, Ord. S. Bem.*, m. 47, n.ºs 1250, 1253; m. 53, n.º 19; m. 64, n.º 11; m. 66, n.º 20; m. 67, n.º 32; *C.D., M. Ale*, liv. 10, fl. 39 v.º-43; liv. 15, fl. 213 v.º, 214 v.º, 240 v.º, 244-244 v.º, 273-273 v.º, 274, entre outros.

durante bastante tempo, no século XV, representou o mosteiro em todos os negócios que envolviam a vila ou o termo⁴⁴.

Mas os últimos séculos medievais vinham assistindo, por toda a parte, a profundas transformações administrativas operadas nos grandes domínios. Se a maior parte dos bens de exploração directa tinham, há tempo, passado às mãos de foreiros — e o mosteiro de Alcobça, não obstante ter conservado, até aos fins do século XV, grandes reservas⁴⁵, não escapou ao movimento geral que tendia para a sua alienação — as próprias rendas passaram, por sua vez, a ser arrendadas a terceiros. Sempre a dinheiro⁴⁶. Este imiscuiria-se, desde há muito, em todos os recantos da sociedade medieval, em todos os aspectos de carácter económico.

Pelo menos desde meados do século XIV, todas as rendas provenientes do termo da vila e que constituíam a sua celeiraria, estavam arrendadas por uma quantia global, em dinheiro⁴⁷. A abadia libertava-se, assim, de uma grande parte das suas preocupações administrativas e os réditos chegavam-lhe, embora talvez um pouco diminuídos em valor absoluto, mas livres de quaisquer encargos que mais ainda os diminuiriam e, o que é mais importante, transformados já em moeda.

Mas as bases físicas de apoio que anteriormente se haviam

⁴⁴ Cf. A.N.T.T., *C. R., M. Ale*, m. 38, n.º 34; *M. Ale, Ord. S. Bem.*, m. 70, doe. n./n.; *C. D., Aí. Ale*, liv. 5, fl. 104 v.º-105; liv. 15, fl. 280.

Mas conhecem-se outros procuradores leirienses como, por exemplo, Rodrigo Eanes Ribeiro, carpinteiro (A.N.T.T., *C. R., M. Ale*, m. 35, n.º 29; *C. D.; M. Ale*, liv. 5, fl. 100-101); João Gomes, o Moço, tabelião (A.N.T.T., *M. Ale, Ord. S. Bern.*, m. 62, n.º 20; *C. D., M. Ale*, liv. 5, fl. 106-106 v.º); João Eanes Franco, tabelião (A.N.T.T., *C. R., M. Ale*, m. 33, n.º 37; *C. D., M. Ale*, liv. 5, fl. 82), entre outros.

⁴⁵ Como aquela que ainda na segunda metade do século XV montou na Ota e onde precisou de utilizar grandes recursos, tanto humanos como materiais (Analisei esses trabalhos em «Custos de montagem de uma exploração agrícola medieval», *Estudos de História de Portugal*, homenagem ao Prof. A. H. de Oliveira Marques, vol. I, Séculos X-XV, Lisboa, 1982, pp. 255-270. Cf. também o que digo em *O temporal do mosteiro de Alcobça nos séculos XIV e XV*, pp. 172-191).

⁴⁶ Cf., por exemplo: A.N.T.T., *M. Ale, Ord. S. Bern.*, m. 86, does. n./ns.; *C. D., M. Ale*, liv. 14, fl. 32 v.º-33.

⁴⁷ Sabemos que em algumas ocasiões os abades de Alcobça se deslocaram a Leiria. Assim por exemplo, D. Frei Estêvão de Aguiar, em 1433, nos trabalhos preparatórios da elaboração do tomo das suas propriedades, que estaria pronto em 1435. Naquela altura o abade celebrou vários contratos de locação de bens na vila (A.N.T.T., *C. D., M. Ale*, liv. 15, fl. 224, 224 v.º, 227, 233 v.º).

procurado na vila, não deixaram, por isso, de ser necessárias. Aí continuaram a ser utilizadas as casas em que se instalavam o abade⁴⁸, os monges ou alguém especialmente mandatado, quando se deslocava a Leiria⁴⁹; aí se mantiveram os anteriores celeiros; aí, sobretudo, se conservara a posse de muitas casas de habitação⁵⁰, cujas rendas eram, essas desde há longa data, pagas a dinheiro.

Com efeito, fora esse um dos motivos que levava o mosteiro — que levava todos os grandes senhores, a começar pelo monarca — a procurar a posse de bens urbanos: a garantia de rendas solvidas a dinheiro, situação que, mais tarde, as *Ordenações Manuelinas* iriam institucionalizar, tornando-a obrigatória⁵¹.

É certo que Lisboa era a urbe por excelência apetecida — e aí tinha o mosteiro uma vintena de edifícios — por isso Santarém a acompanhava de tão perto. Quanto mais importante fosse o núcleo populacional, mais compensadores se tornavam os bens nele sediados. Mas em todas as demais povoações estremenhas de algum vulto — desde Atouguia a Óbidos, a Torres Vedras, a Porto de Mós — o mosteiro entrava a tomar posse de alguns edifícios⁵². De entre estes núcleos destacava-se, como é lógico, Leiria. Várias casas dispersas pela vila — muitas das quais, numa ocasião ou noutra, como era vulgar na Idade Média, devido à fragilidade da construção, transformados em pardieiros que era necessário reerguer —; mais compactas na chamada rua de Alcobaça, onde numa casa grande, com quatro divisões, se encontrava a já citada sede da celeiraria⁵³; continuadas para o exterior, principalmente a partir do arrabalde da ponte, sobre o rio, onde começavam a imbricar-se com as cortinhas, com os vinhedos, com os moinhos a que há pouco fiz referência⁵⁴.

Mas a presença do cenóbio não se afirmava apenas pela existência das propriedades e respectiva administração. Aliás,

⁴⁹ Era uma casa grande e com certo requinte, onde não faltava, sequer, uma privada (ib., fl. 213 v.º).

⁵⁰ Iria Gonçalves, *O temporal do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, p. 127.

⁵¹ LfV. IV, tit. LXV, § 3, p. 162.

⁵² Iria Gonçalves, ob. cit., mapa fronteiro à p. 126.

⁵³ A.M.T.T., *Aí. Ale, Ord. S. Bern.*, m. 51, n.º 1416; *C. D.*, *Aí. Ale*, liv. 15, fl. 217; liv. 135, fl. 49-50.

⁵⁴ Relembro a descrição de todos estes bens, indicada na nota 41.

desde que, como disse, a celeiraria começou a ser arrendada em bloco — e foi-o, de uma maneira geral, a algum leiriense⁵⁵ — diminuíram as necessidades de contacto entre a abadia e os seus bens, necessidades que passaram a limitar-se ao estabelecimento dos contratos de locação, que tanto podiam fazer deslocar a Alcobaça os candidatos a foreiros, como a Leiria algum monge munido da procuração conventual, este, por vezes, substituído por um habitante da vila. Como já atrás ficou lembrado.

A presença do mosteiro revestia formas muito mais complexas do que essa.

Implantado nos limites de um território de cariz tão vincadamente rural como o dos seus coutos, a abadia precisava, para satisfazer algumas das suas necessidades menos elementares, de demandar outras terras mais exigentes na procura de bens e serviços e onde, por isso, podia encontrar uma oferta de melhor qualidade e maior diversidade. E Leiria era o primeiro centro aonde se dirigia, nestas circunstâncias. Aí encomendava, por exemplo, a feitura de uma parte dos seus selos e dos círios, velas e tochas que queimava em profusão, tanto nos serviços religiosos como nos usos domésticos⁵⁶; aí comprava pano de Castela⁵⁷ ou picheis de couro⁵⁸; aí procurava um valador para trabalhar no enxugo dos seus pauis da Ota⁵⁹ ou um pintor que pudesse encarregar-se da feitura de figuras processionais destinadas a abrilhantar as festas do «Corpus Christi», como aconteceu em 1438⁶⁰.

Mas mais ainda do que a presença física, a irradiação espiritual levou o mosteiro a quase todo o país. De bastante longe chegavam as gentes com as suas ofertas — as suas doações de vários tipos — suscitadas quase sempre por preocupações de carácter religioso. O mosteiro apresentava-se como um dos maiores «potentados espirituais» do país, dos mais capazes de atrair as bênçãos

⁵⁵ Como, por exemplo: Gil Gonçalves (A.N.T.T., *C. R.*, *Aí. Ale*, m. 37, n.º 20), João Gonçalves (A.N.T.T., *C. D.*, *Aí. Ale*, liv. 14, fl. 32 v.º-33, 171-171 v.º, 309), Rodrigo Esteves de Alfena (A.N.T.T., *M. Ale, Ord. S. Bem.*, m. 86, doe. n./n.). Mas podia ser também alguém dos coutos, como Afonso Eanes, vigário de Aljubarrota (*ib.*, m. 91, doe. n./n.).

⁵⁶ A.N.T.T., *C. D.*, *M. Ale*, liv. 14, fl. 16, 16 v.º, 32 v.º, 117 v.º, 154, 155 v.º, 309.

⁵⁷ *Ib.*, fl. 117v.º, 134.

⁵⁸ *Ib.*, fl. 309, 363 v.º, 364 v.º.

⁵⁹ *Ib.*, fl. 363 v.º.

⁶⁰ *Ib.*, fl. 16 v.º, 33.

do Céu e ajudar os fiéis a obter a remissão dos pecados e a alcançar a salvação eterna⁶¹. As pessoas queriam participar das boas obras praticadas pelos monges e a fama dessas boas obras estava largamente espalhada, chegando a muito longe. Com maioria de razão às suas tão próximas cercanias.

É que, não obstante a jurisdição espiritual de Leiria ter sido entregue a Santa Cruz de Coimbra que, deste modo, tinha uma forma ímpar de exercer a sua influência na região, o mosteiro de Alcobaça foi presença constante e viva em toda a Idade Média leiriense. Presença multifacetada e rica que chegou a muitos, a que muitos aderiram: cultivando as suas terras ou apenas adminstrando-as; vendendo os seus produtos ou o seu trabalho, este de forma esporádica ou permanente, quer em Leiria quer no mosteiro; doando ou legando aos monges alguma parcela dos seus bens; recebendo deles alguns serviços religiosos ou assistindo às suas festas.

E como corolário desta estreita vizinhança, podemos compreender o assento de alguns leirienses no coro dos monges de Alcobaça. A documentação deixa espreitar uns tantos: da própria vila⁶², da Maceira⁶³, de Litem⁶⁴ — indicadores máximos da atracção exercida pela enorme abadia.

⁶¹ Cf. o que digo em ob. cit., p. 38.

⁶² A.N.T.T., *C.D., M. Ale*, liv. 5, fl. 79 v.º; liv. 14, fl. 93; liv. 132, fl. 105 v.º; liv. 134, fl. 74 v.º.

⁶³ *Ib.*, liv. 10, fl. 174-176; liv. 133, fl. 76 v.º; liv. 134, fl. 27 v.º, 60.

⁶⁴ *Ib.*, liv. 5, fl. 101 v.º.